

Paulo Pinto de Albuquerque
Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Comentário
do
Código de Processo Penal

à luz da Constituição da República e da
Convenção Europeia dos Direitos do Homem

4.^a edição actualizada

Universidade Católica Editora

Índice geral

Introdução à quarta edição	
Introdução à terceira edição.....	
Introdução à segunda edição.....	
Introdução.....	

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES GERAIS

PARTE PRIMEIRA

LIVRO I

Dos sujeitos do processo

TÍTULO I – Do juiz e do tribunal	
CAPÍTULO I – Da jurisdição	
CAPÍTULO II – Da competência	
SECÇÃO I – Competência material e funcional	
SECÇÃO II – Competência territorial	
SECÇÃO III – Competência por conexão.....	
CAPÍTULO III – Da declaração de incompetência.....	
CAPÍTULO IV – Dos conflitos de competência	
CAPÍTULO V – Da obstrução ao exercício da jurisdição	
CAPÍTULO VI – Dos impedimentos, recusas e escusas	
TÍTULO II – Do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal.....	
TÍTULO III – Do arguido e do seu defensor	
TÍTULO IV – Do assistente	
TÍTULO V – Das partes civis	

LIVRO II

Dos actos processuais

TÍTULO I – Disposições gerais	
TÍTULO II – Da forma dos actos e da sua documentação	
TÍTULO III – Do tempo dos actos e da aceleração do processo.....	
TÍTULO IV – Da comunicação dos actos e da convocação para eles.....	
TÍTULO V – Das nulidades	

LIVRO III

Da prova

TÍTULO I – Disposições gerais	
TÍTULO II – Dos meios de prova	
CAPÍTULO I – Da prova testemunhal	
CAPÍTULO II – Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis	

CAPÍTULO III – Da prova por acareação	
CAPÍTULO IV – Da prova por reconhecimento	
CAPÍTULO V – Da reconstituição do facto	
CAPÍTULO VI – Da prova pericial	
CAPÍTULO VII – Da prova documental	
TÍTULO III – Dos meios de obtenção da prova	
CAPÍTULO I – Dos exames	
CAPÍTULO II – Das revistas e buscas	
CAPÍTULO III – Das apreensões	
CAPÍTULO IV – Das escutas telefónicas	

LIVRO IV

Das medidas de coacção e de garantia patrimonial

TÍTULO I – Disposições gerais	
TÍTULO II – Das medidas de coacção	
CAPÍTULO I – Das medidas admissíveis	
CAPÍTULO II – Das condições de aplicação das medidas	
CAPÍTULO III – Da revogação, alteração e extinção das medidas	
CAPÍTULO IV – Dos modos de impugnação	
CAPÍTULO V – Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada	
TÍTULO III – Das medidas de garantia patrimonial	

LIVRO V

Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais

TÍTULO I – Disposições gerais	
TÍTULO II – Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira	

PARTE SEGUNDA

LIVRO VI

Das fases preliminares

TÍTULO I – Disposições gerais	
CAPÍTULO I – Da notícia do crime	
CAPÍTULO II – Das medidas cautelares e de polícia	
CAPÍTULO III – Da detenção	
TÍTULO II – Do inquérito	
CAPÍTULO I – Disposições gerais	
CAPÍTULO II – Dos actos de inquérito	
CAPÍTULO III – Do encerramento do inquérito	
TÍTULO III – Da instrução	
CAPÍTULO I – Disposições gerais	
CAPÍTULO II – Dos actos de instrução	
CAPÍTULO III – Do debate instrutório	
CAPÍTULO IV – Do encerramento da instrução	

LIVRO VII Do julgamento

TÍTULO I – Dos actos preliminares	
TÍTULO II – Da audiência	
CAPÍTULO I – Disposições gerais	
CAPÍTULO II – Dos actos introdutórios	
CAPÍTULO III – Da produção da prova	
CAPÍTULO IV – Da documentação da audiência	
TÍTULO III – Da sentença	

LIVRO VIII Dos processos especiais

TÍTULO I – Do processo sumário	
TÍTULO II – Do processo abreviado	
TÍTULO III – Do processo sumaríssimo	

LIVRO IX Dos recursos

TÍTULO I – Dos recursos ordinários	
CAPÍTULO I – Princípios gerais	
CAPÍTULO II – Da tramitação unitária	
CAPÍTULO III – Do recurso perante as relações	
CAPÍTULO IV – Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça.....	
TÍTULO II – Dos recursos extraordinários	
CAPÍTULO I – Da fixação de jurisprudência	
CAPÍTULO II – Da revisão	

LIVRO X Das execuções

TÍTULO I – Disposições gerais	
TÍTULO II – Da execução da pena de prisão	
CAPÍTULO I – Da prisão.....	
CAPÍTULO II – Da liberdade condicional	
CAPÍTULO III – Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção ou de permanência na habitação	
TÍTULO III – Da execução das penas não privativas de liberdade	
CAPÍTULO I – Da execução da pena de multa.....	
CAPÍTULO II – Da execução da pena suspensa	
CAPÍTULO III – Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação	
CAPÍTULO IV – Da execução das penas acessórias.....	
TÍTULO IV – Da execução das medidas de segurança	
CAPÍTULO I – Da execução das medidas de segurança privativas da liberdade.....	

CAPÍTULO II – Da execução da pena e da medida de segurança privativa de liberdade	
CAPÍTULO III – Da execução das medidas de segurança não privativas de liberdade.....	
TÍTULO V – Da execução da pena relativamente indeterminada.....	
TÍTULO VI – Da execução de bens e destino das multas	

LIVRO XI

Da responsabilidade por custas

Direito Constitucional, Internacional e Ordinário Complementar

Constituição da República, na redacção da Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12.8	
Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais	
Protocolo n.º 4 em que se Reconhecem Certos Direitos e Liberdades além dos que já figuram na Convenção e no Protocolo Adicional à Convenção	
Protocolo n.º 7 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais	
Infracções contra a economia e contra a saúde pública (Decreto-Lei n.º 28/84, de 20.1, Lei 20/2008 de 21.4)	
Responsabilidade dos titulares de cargos políticos (Lei n.º 34/87, de 16.7)	
Regime do júri (Decreto-Lei n.º 387-A/87, de 29.12)	
Processamento e julgamento das contravenções e transgressões (Decreto-Lei n.º 17/91, de 10.1)	
Indemnização de vítimas de crimes violentos (Decreto-Lei n.º 423/91, de 30.10, na redacção da Lei n.º 31/2006, de 21.7)	
Tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Decreto-Lei n.º 15/93, de 22.1, Portaria n.º 94/96, de 26.3)	
Medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira (Lei n.º 36/94, de 29.9)	
Protecção de testemunhas em processo penal (Lei n.º 93/99, de 14.7, Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22.8, Lei n.º 29/2008, de 4.07)	
Vigilância electrónica (Lei n.º 122/99, de 20.8)	
Cooperação judiciária internacional (Lei n.º 144/99, de 31.8)	
Consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Lei n.º 30/2000, de 29.11)	
Organização, processo e regime de funcionamento da comissão para a dissuasão da toxicodependência (Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23.4)	
Regime geral das infracções tributárias (Lei n.º 15/2001, de 5.6)	
Ações encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25.8)	

Criminalidade organizada e económico-financeira (Lei n.º 5/2002, de 11.1, Lei n.º 19/2008, 21.04)	
Cooperação entre a Polícia Judiciária e os órgãos da administração tributária (Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30.4)	
Mandado de detenção europeu (Lei n.º 65/2003, de 23.8)	
Serviços médico-legais e forenses (Lei n.º 45/2004, de 19.8)	
Armas (Lei n.º 5/2006, de 23.2)	
Bens apreendidos pelos OPC (Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19.1)	
Mediação criminal (Lei n.º 21/2007, de 12.6 e Portarias n.º 68-A/2008, n.º 68-B/2008, n.º 68-C/2008, de 22.1)	
Entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4.7)	
Definição e execução da política criminal (Lei n.º 51/2007, de 31.8)	
Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas (Lei n.º 67/2007, de 31.12)	
Base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal (Lei n.º 5/2008, de 12.2)	
Medidas de Combate à Corrupção (Lei n.º 19/2008, de 21.4, Lei n.º 20/2008, de 21.4)	
Lei orgânica da Polícia Judiciária (Lei n.º 37/2008, de 6.8, Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12.2)	
Organização da investigação criminal (Lei n.º 49/2008, de 27.8)	
Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29.8)	
 Lista Anotada de Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	
Lista Anotada de Acórdãos do Tribunal Constitucional	
Lista Anotada de Acórdãos de Uniformização de Jurisprudência e Assentos do Supremo Tribunal de Justiça	
 Bibliografia	
Índice Temático	

Introdução à quarta edição

A nova edição tem em conta a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores publicadas.

Os novos diplomas legais tidos em conta são os seguintes:

- A Lei n.º 17/2009, de 6.5, que procede à alteração da Lei n.º 5/2006, de 23.2, sobre o regime jurídico das armas.
- A Lei n.º 25/2009, de 5.6, que estabelece o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia.
- A Lei n.º 34/2009, de 14.7, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.
- A Lei n.º 38/2009, de 20.7, que define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011.
- A Lei n.º 73/2009, de 12.8, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informações dos órgãos de polícia criminal.
- A Lei n.º 74/2009, de 12.8, que aprova o regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados membros da União Europeia.
- A Lei n.º 88/2009, de 31.8, que aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de instrumentos, produtos e vantagens do crime.
- A Lei n.º 93/2009, de 1.9, que aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de aplicação de sanções pecuniárias.
- A Lei n.º 94/2009, de 1.9, que aprova medidas de derrogação do sigilo bancário.
- O Decreto-Lei n.º 227/2009, de 14.9, que altera o Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22.8, relativo ao regime de protecção de testemunhas.
- A Lei n.º 109/2009, de 15.9, que aprova a lei do cibercrime.
- A Lei n.º 112/2009, de 16.9, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas.
- A Lei n.º 113/2009, de 17.9, que estabelece medidas de protecção de menores.
- A Lei n.º 114/2009, de 22.9, que altera a Lei n.º 15/98, de 18.8, adaptando o regime de identificação criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas.
- O Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30.10, que altera a Lei n.º 5/2002, de 11.1, entre outros diplomas.
- A Portaria n.º 624/2010, de 16.8, que revê a Portaria n.º 469/2009, de 6.5.
- A Portaria n.º 694/2010, de 11.8, que revê a Portaria n.º 10/2008, de 3.1.
- A Lei n.º 26/2010, de 30.8, que altera o Código de Processo Penal.
- A Lei n.º 33/2010, de 2.9, que regula a utilização de meios técnicos à distância e revoga a Lei n.º 122/99, de 20.8.
- A Lei n.º 36/2010, de 2.9, que altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.
- A Lei n.º 37/2010, de 2.9, que altera a Lei Geral Tributária em matéria de derrogação de sigilo bancário.

- A Lei n.º 42/2010, de 3.9, que altera a Lei n.º 93/99, de 14.7, relativa ao regime de protecção de testemunhas.

Cresce o número de acórdãos retirados da base do itij. Todos os acórdãos citados sem referência de fonte são retirados da base do itij.

Agradeço as ofertas de livros, separatas de artigos e mesmo teses académicas não publicadas que me permitiram actualizar as menções ao pensamento dos respectivos Autores no “Comentário”.

Como sempre, agradeço os comentários e as sugestões que os leitores tiveram a gentileza de me enviar. A eles devo algumas das alterações a que procedi no texto. O meu endereço de correio electrónico mantém-se: palbu@fd.lisboa.ucp.pt.

Introdução à terceira edição

A segunda edição do Comentário esgotou ainda em 2008. A nova edição tem em conta a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores publicadas até 1.3.2009.

Os novos diplomas legais tidos em conta são os seguintes:

- A lei que aprova medidas de combate à corrupção (Lei n.º 19/2008, de 21.4)
- A lei que aprova medidas para protecção de testemunhas em processo penal (Lei n.º 29/2008, de 4.7)
- A lei orgânica da Polícia Judiciária (Lei n.º 37/2008, de 6.8)
- A lei de organização da investigação criminal (Lei n.º 49/2008, de 27.8)
- A lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais (Lei n.º 52/2008, de 28.8)
- A lei de segurança interna (Lei n.º 53/2008, de 29.8)

A terceira edição surge com um CD, que inclui as listas anotadas de jurisprudência. Segui o exemplo de obras deste tipo publicadas noutros países. A intenção desta novidade é simples: permitir uma consulta rápida por palavras dos referidos textos e, deste modo, dar a maior publicidade à jurisprudência seleccionada.

Como sempre, agradeço os comentários e as sugestões que os leitores tiveram a gentileza de me enviar. A eles devo algumas das alterações a que procedi no texto. O meu endereço de correio electrónico mantém-se: palbu@fd.lisboa.ucp.pt .

Introdução à segunda edição

A primeira edição do Comentário esgotou em menos de dois meses. A publicação e a entrada em vigor de novos diplomas no âmbito do processo penal e civil impõem uma nova edição e não uma reimpressão da obra. A segunda edição é actualizada de acordo com os diplomas legislativos publicados ou entrados em vigor depois da primeira edição. Isto é:

- Reforma dos recursos cíveis (Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24.8)
- Regulamento das Custas Processuais (Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26.2)
- Responsabilidade civil extracontratual do Estado (Lei n.º 67/2007, de 31.12)
- Avaliação, utilização, alienação e indemnização de bens apreendidos em processo criminal (Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19.1)
- Perícias e base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal (Lei n.º 5/2008, de 12.2)
- Mediação criminal (Portarias n.º 68-A/2008, 68-B/2008, 68-C/2008, de 22.1)
- Acesso ao direito (Portaria n.º 10/2008, de 3.1, revista pela Portaria n.º 210/2008, de 29.2).

Atenta a data da entrada em vigor do novo Regulamento das Custas Processuais, manteve-se a redacção actual dos artigos 513.º e seguintes e a respectiva anotação, acrescentando em NOTA PRÉVIA a este artigo a anotação ao novo RCP.

Uma atenção acrescida mereceu a jurisprudência dos Tribunais da Relação, fazendo menção das *leading decisions* das várias Relações sobre uma mesma questão, quer quando eles sejam uniformes quer quando sejam divergentes. A uniformidade da jurisprudência fica deste modo mais clara. As razões das divergências também são destacadas.

Aumentei o número de NOTAS PRÉVIAS aos artigos, criando novas nos artigos mais controversos ou de difícil interpretação. O propósito da NOTA PRÉVIA é diferente da anotação ao artigo, pois visa contextualizar a decisão de política legislativa vertida na lei portuguesa. Por isso, as notas referem com particular desenvolvimento elementos de direito comparado, sobretudo alemão e italiano, e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Agradeço os comentários e as sugestões que os leitores tiveram a gentileza de me enviar. A eles devo algumas das alterações a que procedi no texto. O meu endereço de correio electrónico é agora: palbu@fd.lisboa.ucp.pt.

Introdução

Resolver **problemas** práticos à luz dos **princípios** constitucionais e de direito internacional e no âmbito de um **sistema** dogmático coerente e articulado, eis o propósito deste livro.

A dogmática não pode desconhecer o que se passa nos tribunais, nos escritórios dos advogados, nos serviços de apoio à vítima e de reinserção social de delinquentes, nas esquadras de polícia e nas prisões. É aí que **se faz justiça**.

A dogmática sem os olhos virados para a *praxis* é oca.

Por outro lado, a *praxis* não pode ser inimiga e nem mesmo indiferente aos valores constitucionais. São eles que constituem o **fundamento democrático** da justiça. A *praxis* não pode ignorar o direito internacional dos direitos humanos que vincula o Estado português. É ele que constitui o **fundamento “natural”** da justiça na sociedade contemporânea.

A *praxis* sem um fundamento dogmático sólido é atrabiliária.

O livro comenta o Código de Processo Penal na sua mais recente versão. A este propósito, é chamada à colação legislação complementar do Código. A referida **legislação complementar** diz respeito às seguintes matérias:

JUSTIÇA

- Orgânica do Ministério da Justiça (Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27.10)
- Organização judiciária (Lei n.º 3/99, de 13.1, alterada pela Lei n.º 101/99, de 26.7, pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17.12, pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8.3, pela Lei n.º 105/2003, de 10.12, pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18.3, e pela Lei n.º 42/2005, de 29.8; Decreto-Lei n.º 783/76, de 29.10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 222/77, de 30.5, e pelo Decreto-Lei n.º 204/78, de 24.7; e Decreto-Lei n.º 387-E/87, de 29.12)
- Estatuto das Magistraturas
 - Magistratura Judicial (Lei n.º 21/85, de 30.7, alterada pelo Decreto-Lei n.º 342/88, de 28.9, pela Lei n.º 2/90, de 20.1, pela Lei n.º 10/94, de 5.5, pela Lei n.º 44/96, de 3.9, pela Lei n.º 81/98, de 3.12, pela Lei n.º 143/99, de 31.8, pela Lei n.º 3-B/2000, de 4.4, e pela Lei n.º 3/2005, de 29.8)
 - Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15.10, alterada pela Lei n.º 2/90, de 20.1, pela Lei n.º 23/92, de 20.8, pela Lei n.º 10/94, de 5.5, pela Lei n.º 60/98, de 27.8, e pela Lei n.º 3/2005, de 29.8)
- Estatuto dos Advogados (Lei n.º 15/2005, de 26.1)
- Estatuto da Polícia Judiciária (Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9.11)
- Estatuto dos Solicitadores (Decreto-Lei n.º 88/2003, de 26.4)
- Estatuto dos Notários (Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4.2)
- Estatuto dos Funcionários Judiciais (Decreto-Lei n.º 343/99, de 26.08, alterado pelos Decreto-Lei n.º 176/2000, de 9.8, Decreto-Lei n.º 96/2002 de 12.4, Decreto-Lei n.º 169/2003, de 1.8, e pela Lei n.º 3/2005, de 29.8)

- Definição e execução da política criminal (Lei n.º 17/2006, de 23.5, Lei n.º 51/2007, de 31.8)
- Combate à criminalidade especial (Decreto-Lei n.º 28/84, de 20.1, Lei n.º 34/87, de 16.7, Decreto-Lei n.º 15/93, de 22.1, Portaria n.º 94/96, de 26.3, Lei n.º 122/99, de 20.8, Lei n.º 30/2000, de 29.11, Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23.4, Lei n.º 15/2001, de 5.6, Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30.4)
- Regime geral das contra-ordenações (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27.10, e Decreto-Lei n.º 244/95, de 14.9) e das contravenções e transgressões (Decreto-Lei n.º 17/91, de 10.1)
- Apoio, protecção e indemnização das vítimas (Lei n.º 93/99, de 14.7, Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22.8, Decreto-Lei n.º 423/91, de 30.10, Lei n.º 10/96, de 23.3, Lei n.º 136/99, de 28.8, Decreto-Lei n.º 62/2004, de 22.3, e Lei n.º 31/2006, de 21.7)
- Mediação criminal (Lei n.º 21/2007, de 12.6)
- Investigação e prevenção criminais (Lei n.º 5/2002, de 11.1, Lei n.º 21/2000, de 10.8, Lei n.º 122/99, de 20.8, Lei n.º 36/94, de 29.9)
- Identificação e registo criminal (Lei n.º 57/98, de 18.8, Decreto-Lei n.º 381/98, de 27.11, Decreto-Lei n.º 62/99, de 2.3, Decreto-Lei n.º 20/2007, de 23.1)
- Execução de penas e medidas de segurança (Decreto-Lei n.º 265/79, de 1.8, alterado pelos Decreto-Lei n.º 49/80, de 22.3, Decreto-Lei n.º 414/85, de 18.10, Decreto-Lei 375/97, de 24.12)
- Cooperação judiciária internacional (Lei n.º 144/99, de 31.8, Lei n.º 104/2001, de 25.8, Lei n.º 48/2003, de 22.8, e Lei n.º 65/2003, de 23.8)
- Serviços médico-legais e forenses (Lei n.º 45/2004, de 19.8)
- Acesso ao direito, custas e apoio judiciário (Lei n.º 47/2007, de 28.8, Lei n.º 34/2004, de 29.7, Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27.12)

SEGURANÇA INTERNA

- Segurança interna (Lei n.º 20/87, de 12.6, Lei n.º 8/91, de 1.4)
- Segredo de Estado (Lei n.º 6/94, de 7.4)
- Orgânica do Ministério da Administração Interna (Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27.10)
- Estatutos das forças de segurança
 - PSP (Lei n.º 53/2007, de 31.8, Lei n.º 5/99, de 27.1, Decreto-Lei n.º 511/99, de 24.11)
 - GNR (Lei n.º 63/2007, de 6.11, Decreto-Lei n.º 231/93, de 26.6, Decreto-Lei n.º 265/93, de 31.7)
 - SEF (Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10, Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17.12)
- Sistema de informações da República portuguesa (Lei n.º 30/84, de 5.9, alterada pela Lei n.º 4/95, de 21.2, pela Lei n.º 15/96, de 30.4, pela Lei n.º 75-A/97, de 22.7, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6.11; Lei 9/2007, de 19.2)
- Entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4.7, Lei n.º 34/94, de 14.9)
- Armas (Lei n.º 5/2006, de 23.2, Decreto-Lei n.º 457/99, de 5.11)
- Acções encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25.8)
- Cooperação policial internacional (Decreto do PR n.º 55/93, de 25.11)
- Empresas de segurança privada (Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21.2)

O CPP e a legislação complementar são comentados à luz da CRP portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Os casos da jurisprudência foram seleccionados de acordo com os seguintes critérios:

1. ser um *leading case* na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais da Relação, isto é, o caso que primeiro tratou um assunto; 2. ser um caso em que aqueles tribunais trataram um assunto já discutido, mas apresentando argumentação nova ou especialmente relevante; 3. ser um caso em que aqueles tribunais divergiram de jurisprudência anteriormente estabelecida.

Os casos são citados através da menção do número do acórdão do TC ou do STJ ou da menção das partes no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Apresentam-se duas listas destes casos, uma de acórdãos do TC e outra de acórdãos de fixação de jurisprudência do STJ. Uma lista de acórdãos do TEDH pode ser encontrada no meu sítio na *internet*, que é periodicamente actualizada (www.fd.lisboa.ucp.pt/~palbu).

Os casos decididos pelo STJ e pelos TR são citados a partir das colectâneas que recolhem os textos integrais ou extractos das sentenças e acórdãos: o BMJ e a CJ. Salvo casos excepcionais, não se citam decisões que constam de colectâneas de sumários de jurisprudência, porque não se conhece a argumentação que subjaz à decisão.

A legislação e a jurisprudência encontram-se actualizadas até ao dia 9.11.2007.

São bem-vindos os comentários e as sugestões que os leitores me queiram endereçar (palbu@fd.ucp.pt).